

LEI Nº 2712, DE 21 DE AGOSTO DE 2006.



**"DEFINE O VALOR DOS DÉBITOS
OU OBRIGAÇÕES CONSIGNADOS EM
PRECATÓRIO JUDICIÁRIO
CONSIDERADO DE PEQUENO VALOR
NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, decretou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão considerados de pequeno valor os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, no Município de Paranaguá, com valor igual ou inferior a dez salários-mínimos.

Parágrafo único - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, da forma prevista no §3º do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranaguá, Palácio "São José", em 21 de agosto de 2006.

JOSÉ BAKA FILHO
Prefeito Municipal

IVANY MARÉS DA COSTA
Secretário Municipal de Administração

RICARDO BULGARI
Secretário Municipal de Fazenda

AMANDA DOS SANTOS DOMARESKI
Procuradora Geral do Município